

Fatores de risco para automedicação: uma revisão integrativa

Risk factors for self-medication: an integrative review

Factores de riesgo para la automedicación: una revisión integradora

Recebido: 27/06/2022 | Revisado: 06/07/2022 | Aceito: 08/07/2022 | Publicado: 18/07/2022

Maria Eduarda Carvalho Vargas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2307-2221>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: carvalhoymaria16@gmail.com

Ana Paula Vital Silveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9982-0700>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: anapaulavital.odonto@gmail.com

Sumaya Giarola Cecílio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4571-8038>

Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Brasil

E-mail: sumayacecilio@gmail.com

Larissa Mirelle de Oliveira Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5386-5436>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: larissa.pereira@uniptan.edu.br

Martinelle Ferreira da Rocha Taranto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5556-4506>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: martinelle.taranto@uniptan.edu.br

Jasiara Carla de Oliveira Coelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5170-1072>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: jasiara.coelho@uniptan.edu.br

Luiz Eduardo Canton Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5465-2333>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: luiz.santos@uniptan.edu.br

Samyra Giarola Cecílio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1474-410X>

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Brasil

E-mail: samyracecilio@gmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo constituiu em investigar os fatores de risco para a automedicação. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida nas bases de dados Scientific Electronic Library Online, PubMed e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde. Para a busca controlada utilizou-se os descritores em saúde, nas línguas inglesa e portuguesa, com a combinação entre os operadores booleanos: “automedicação OR self-medication AND fatores de risco OR riskfactors”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados no período de julho de 2016 a julho de 2021, nos idiomas português e inglês, realizados no Brasil. Foram selecionados 19 artigos para a amostra final, desenvolvidos em diferentes estados brasileiros. Os fatores de risco para a automedicação foram classificados em comportamental, ambiental, demográfico, fisiológico e genético. Dentre os mais prevalentes, cita-se a faixa etária mais avançada, o gênero feminino, ser portador de doenças crônicas e relato de dor. Conclui-se que os fatores de risco para a automedicação estão relacionados aos contextos sociais, econômicos e culturais da população brasileira. Investigar os fatores de risco para a automedicação constitui-se como uma estratégia de prevenção de agravos, uma vez que convoca novas posturas multiprofissionais em prol da causa.

Palavras-chave: Automedicação; Fatores de risco; Revisão.

Abstract

The aim of this study was to investigate risk factors for self-medication. This is an integrative literature review, developed in the Scientific Electronic Library Online, PubMed and Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences databases. For the controlled search, health descriptors were used, in English and Portuguese, with the combination of Boolean operators: “automedicação OR self-medication AND fatores de risco OR risk factors”. Inclusion criteria were articles published from July 2016 to July 2021, in Portuguese and English, nationally. Nineteen articles were selected for the final sample, developed in different Brazilian states. The risk factors for self-medication

were classified as Behavioral, Environmental, Demographic, Physiological and Genetic. Among the most prevalent, the most advanced age group, the female gender, having chronic diseases and pain reports are mentioned. It is concluded that the risk factors for self-medication are related to the social, economic and cultural contexts of the Brazilian population. Investigating the risk factors for self-medication constitutes a strategy for the prevention of diseases, since it calls for new multiprofessional postures in favor of the cause.

Keywords: Self-medication; Risk factors; Review.

Resumen

El objetivo de este estudio fue investigar los factores de riesgo para la automedicación. Esta es una revisión integradora de la literatura, desarrollada en las bases de datos Scientific Electronic Library Online, PubMed y Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences. Para la búsqueda controlada, se utilizaron los descriptores de salud, en inglés y portugués, con la combinación de operadores booleanos: “automedicación OR automedicación Y factores de riesgo O factores de riesgo”. Los criterios de inclusión fueron artículos publicados entre julio de 2016 y julio de 2021, en portugués e inglés, realizados en Brasil. Diecinueve artículos fueron seleccionados para la muestra final, desarrollados en diferentes estados brasileños. Los factores de riesgo para la automedicación se clasificaron en conductuales, ambientales, demográficos, fisiológicos y genéticos. Entre los más prevalentes se menciona el grupo etario más avanzado, el género femenino, con enfermedades crónicas y reportes de dolor. Se concluye que los factores de riesgo para la automedicación están relacionados con los contextos sociales, económicos y culturales de la población brasileña. Investigar los factores de riesgo para la automedicación constituye una estrategia para la prevención de enfermedades, ya que exige nuevas posturas multiprofesionales a favor de la causa.

Palabras clave: Automedicación; Factores de riesgo; Revisión.

1. Introdução

Medicamentos, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (2008), são produtos que visam aliviar sintomas e prevenir ou curar doenças. A automedicação, fenômeno discutido na área médico-farmacêutica e prevalente em diversos países, incluindo o Brasil (ANVISA, 2008; Melo et al., 2021), caracteriza-se como a seleção e o uso de medicamentos, sem prescrição ou supervisão de médico ou dentista, para tratar doenças autodiagnosticadas ou sintomas (ANVISA, 2008; Brasil, 2012). A automedicação, para os sujeitos que a praticam, é considerada como um elemento do autocuidado (Melo et al., 2021). Todavia, pode acarretar consequências e efeitos indesejáveis, especialmente quando ocorre o uso abusivo de medicamentos e o uso de medicamentos *off label* (Melo et al., 2021).

Dados obtidos pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) (2019), por meio do Instituto Datafolha, constata-se que a automedicação é um hábito comum a 77% dos brasileiros. Os dados do estudo apontam que 47% dos brasileiros se automedicam, pelo menos, uma vez ao mês, sendo que 25% fazem o uso de medicamentos diariamente ou, pelo menos uma vez por semana, e 57% não fazem o uso de medicamentos conforme orientado, alterando as doses prescritas (CFF, 2019). A pesquisa foi realizada no ano de 2019 e contou com 2.074 entrevistados, com abrangência nacional, incluindo capitais, cidades de outras Regiões Metropolitanas e cidades do interior.

As razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras (ANVISA, 2008). A prática pode ser motivada pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a falta de recursos e/ou tempo, indicações por pessoas leigas, bem como a falta de conhecimento sobre a condição de saúde ou a prática medicamentosa, além da variedade de informações médicas circulando nas mídias e redes sociais, acompanhadas do acesso facilitado aos medicamentos nas farmácias (Brasil, 2012; Benndi, 2013). Sobre a circulação de informações médicas, citamos a fenômeno atual vivenciado excessivamente, durante a pandemia do Covid-19, a “Infodemia” - termo associado ao compartilhamento de informações não homogeneamente acuradas, em resposta a uma situação aguda e amplificado pelos eficientes e múltiplos meios de divulgação, além do medo coletivo (Melo et al., 2021).

No Brasil, há uma frequência de problemas de saúde que englobam o uso de medicamentos sem prescrição, tais como reações adversas, interações medicamentosas, falhas terapêuticas e erros de medicação (Musial et al., 2007; Souza et al., 2014). Ainda, é possível observar o mascaramento de doenças evolutivas, além da ampliação de custos para o paciente e para o sistema de saúde (Melo et al., 2021). Observa-se que a ocorrência de reações adversas pode alcançar, por exemplo, 52 a cada

100 adultos ou idosos hospitalizados, sendo que 49,7% de pacientes hospitalizados sofrem danos devido às interações medicamentosas (Souza et al., 2014). Por se tratar de um País em desenvolvimento (Benndi, 2013), a falta de recursos na saúde, na educação e na economia podem estar associados ao aumento da prática de automedicação (Musial et al., 2007) e, conseqüentemente, à elevada incidência de morbimortalidade relacionada aos medicamentos. Todo esse conjunto torna-se um problema de saúde pública (Souza et al., 2014).

Ressalta-se que, apesar dos riscos dessa prática, não foram encontrados, em busca na literatura, estudos de revisão atuais que investigassem os fatores de risco relacionados à automedicação no Brasil. Esse fato lança luz sobre a atenção insuficiente sobre a problemática e convoca pesquisadores e profissionais de saúde a discutirem soluções, embasados em dados científicos. Os estudos originais disponíveis nas bases consultadas relacionam-se, em sua maioria, a regiões específicas do País, o que dificulta o reconhecimento do problema pelos profissionais da saúde em nível macro, bem como o aprimoramento de políticas e intervenções públicas nacionais.

Acredita-se que uma revisão integrativa da literatura que identifique e reúna as evidências sobre os fatores de risco para a automedicação, em contexto nacional, pode favorecer ações de prevenção a essa prática e convocar novas posturas multiprofissionais em prol da causa. Compreende-se como fator de risco aspectos do comportamento individual ou do estilo de vida, exposição ambiental ou características hereditárias ou congênitas que contribuam para a prática de automedicação.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo investigar os fatores de risco para a automedicação, no cenário nacional brasileiro, nos últimos cinco anos.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (Mendes et al., 2008), que seguiu as seguintes etapas: i) definição da questão de investigação; ii) levantamento bibliográfico; iii) Definição das informações selecionadas e categorização dos estudos; iv) Avaliação do material selecionado; v) Interpretação dos resultados; vi) Apresentação da revisão e síntese do conhecimento. A fim de guiar a revisão integrativa, a seguinte questão de pesquisa foi formulada: Quais os fatores de riscos para automedicação, em cenário nacional, nos últimos cinco anos?

As bases de dados consultadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para a estratégia de busca, foram considerados os seguintes descritores controlados que foram extraídos do Medical Subject Headings (MeSH) e Descritores em Saúde (DeCS), nas línguas inglesa e portuguesa, com a combinação entre os operadores booleanos OR e AND: (automedicação OR self medication) AND (fatores de risco OR riskfactors). Os critérios de elegibilidade que orientaram a busca foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados no período de julho de 2016 a 2021, nos idiomas português e inglês, com estudos realizados no Brasil. Foram excluídos artigos provenientes de dados secundários, e/ou duplicados em bases de dados, ou, ainda, os artigos que não abordavam o presente tema.

Para a seleção inicial das publicações, foi realizada a avaliação dos títulos e resumos. De forma independente, os estudos que atendiam aos critérios de inclusão na fase preliminar foram revisados por duas autoras. A rejeição inicial ocorreu quando o título ou resumo, ou ambos, não atendiam aos critérios de inclusão. Para serem incluídos, era necessário que os artigos abordassem a prática de automedicação, a fim de verificar a adequação da pergunta norteadora.

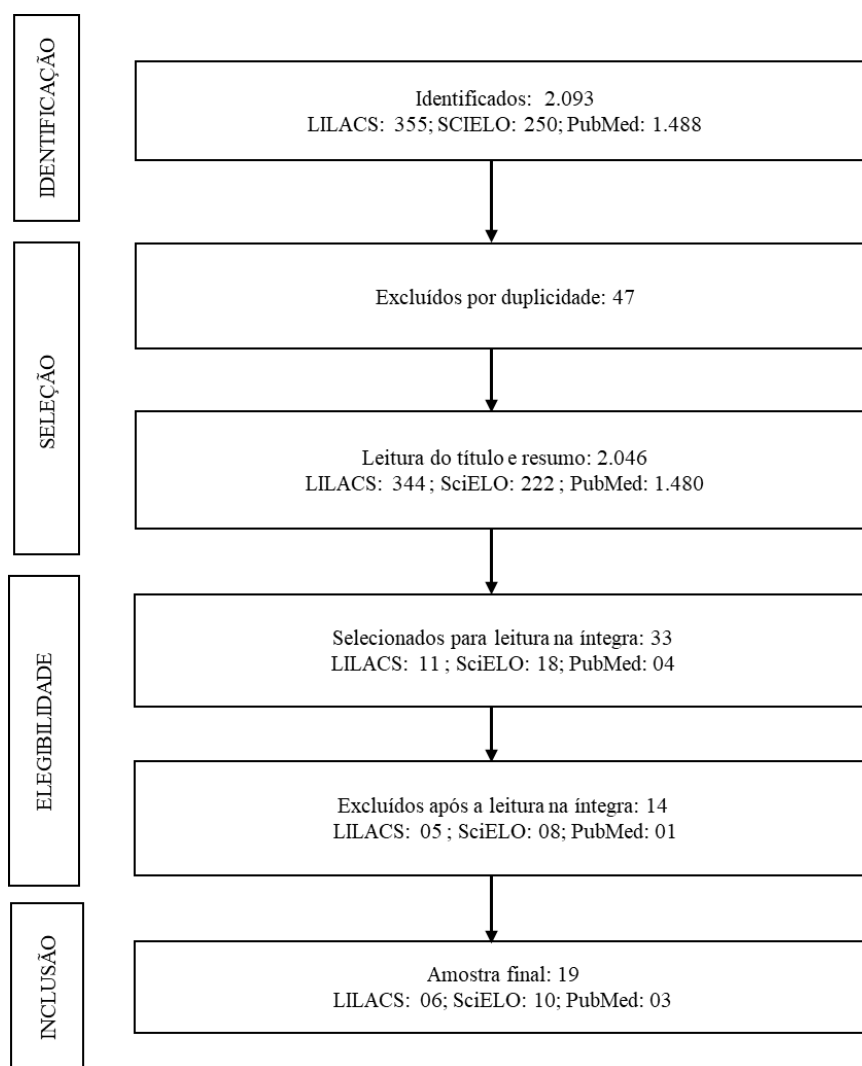
Os artigos então selecionados foram analisados em texto completo e avaliados em relação à pertinência com a proposta de estudo. As variáveis coletadas e analisadas da amostra final foram: a) características gerais: título do artigo; autores e ano de publicação, local em que o estudo foi desenvolvido, objetivo geral; b) informações específicas: tipo de estudo; nível de evidência; fatores de risco para automedicação.

Para a avaliação quanto ao nível de evidência, adotou-se a classificação do Centro Colaborador do Instituto Joanna

Briggs (JBI). Os estudos foram avaliados da seguinte forma: Nível II – Evidência alcançada com base em ensaio clínico controlado randomizado; Nível III.1 – Evidência obtida de ensaios clínicos controlados bem-delineados, sem randomização; Nível III.2 – Evidência adquirida de estudos de coorte bem-delineados ou caso-controle; Nível III.3 – Evidência atingida com base em séries temporais múltiplas, com ou sem intervenção e resultados dramáticos em experimentos não controlados dos e Nível IV – estudos descritivos (Joanna Briggs Institute [JBI], 2013).

O percurso metodológico traçado para o alcance da amostra final (19 artigos) desse estudo se encontra sumarizado na Figura 1.

Figura 1 – Sumarização da coleta de dados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

3. Resultados

Foram incluídos 19 artigos na amostra final, os quais apresentaram o fator de risco para a automedicação. Para facilitar a apresentação e discussão dos resultados, codificou-se cada estudo incluído na amostra final da seguinte maneira: letra E (=Estudo) seguida pelos algarismos arábicos (1,2,3 ... 19), ordenadamente, de maneira que o primeiro estudo recebeu o código E1, o segundo E2, e assim sucessivamente, até o E19.

A data de publicação dos artigos compreendeu o período de julho de 2016 a julho de 2021, identificando um maior

número de publicações nos anos de 2018 e 2019, ambos com cinco publicações (26,3%). Os estudos foram desenvolvidos por diferentes estados brasileiros. Sobre o nível de evidência, a totalidade dos estudos foi do tipo descritivo, enquadrados no nível de evidência IV. No Quadro 1 é apresentada a caracterização de síntese dos artigos incluídos na amostra final do estudo.

Quadro 1 - Apresentação da síntese de artigos incluídos na revisão integrativa, categorizados a partir dos Fatores de Riscos Comportamental, Ambiental, Demográfico, Fisiológico e Genético.

Código e título do estudo	Autores e ano de publicação	Local do estudo	Tipo de estudo /Nível de evidência	Amostr a estudada	Categoria do Fator de Risco	Descrição do fator de risco
E1 Práticas de automedicação em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira	Gama & Secoli (2020)	Coari - Amazonas	Descritivo Nível IV	492	1. Comportamental 2. Ambiental 3. Demográfico	1. Hábito de consumo de medicamentos alopáticos sem prescrição; 2. Acesso aos serviços de saúde prejudicado pelas características da moradia; 3. Sexo masculino, idade entre 18-39 anos.
E2 O impacto do trabalho para a saúde do profissional de enfermagem	Pimenta et al. (2020)	João Pessoa – Paraíba	Descritivo Nível IV	152	1. Ambiental	1. Prática laboral (enfermagem) promotora de desgaste físico e mental; acesso facilitado aos medicamentos.
E3 Uso de medicamentos por adultos na atenção primária: inquérito em serviços de saúde de Minas Gerais, Brasil	Moreira et al. (2020)	Minas Gerais	Descritivo Nível IV	1.159	1. Demográfico 2. Fisiológico 3. Comportamental	1. Adulto jovem, maior nível de escolaridade; 2. Não apresentar doenças crônicas; 3. Ter pior autopercepção de saúde e não aderir aos medicamentos prescritos.
E4 Dor nas costas em adolescentes: prevalência e fatores associados	Okamura et al. (2019)	São Paulo	Descritivo Nível IV	539	1. Fisiológico	1. Dor nas costas.
E5 Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro	Krüger et al. (2019)	Distrito Federal	Descritivo Nível IV	201	1. Comportamental 2. Demográfico	1. Busca pela feminilidade; 2. Menor renda e menor escolaridade.
E6 A prevalência de cefaleia e fatores psicossociais associados em estudantes de medicina no Ceará	Carneiro et al. (2019)	Ceará	Descritivo Nível IV	219	1. Fisiológico	1. Cefaleia do tipo tensional e enxaqueca em período de provas.
E7 Prevalência de cefaleia e seus impactos em estudantes de medicina em uma universidade pública	Santos et al. (2019)	Maceió - Alagoas	Descritivo Nível IV	97	1. Fisiológico	1. Cefaleia.

E8 <i>Potentially inappropriate medications in older kidney transplant recipients: a Brazilian prevalence study</i>	Costa et al. (2019)	Fortaleza	Descritivo Nível IV	143	1. Fisiológico	1. Pessoa idosa transplantada renal.
E9 Automedicação entre participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade e fatores associados	Santos et al. (2018)	São Paulo	Descritivo Nível IV	138	1. Comportamental 2. Ambiental 3. Fisiológico	1. Prescrição anterior, certeza da segurança do medicamento; 2. Indicação de parentes ou amigos; 3. Pouca gravidade do problema de saúde ou doença.
E10 Influência da publicidade na automedicação na população de um município brasileiro de médio porte	Gonçalves Júnior et al. (2018)	Crato – Ceará	Descritivo Nível IV	104	1. Ambiental	1. Acesso à propaganda sobre medicamentos;
E11 Itinerários terapêuticos de mulheres com morbidade materna grave	Andrade & Vieira (2018)	São Paulo	Descritivo Nível IV	16	1. Fisiológico	1. Morbidade materna grave;
E12 Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante	Matos et al. (2018)	Ouro Preto – Minas Gerais	Descritivo Nível IV	270	1. Ambiental 2. Comportamental	1. Propagandas; 2. Estado de saúde autorreferido muito bom/bom, ter realizado a última consulta médica há mais de um mês.
E13 Fatores associados ao atraso na procura por atendimento pelo doente de tuberculose	Dantas et al. (2018)	Natal – Rio Grande do Norte	Descritivo Nível IV	56	1. Fisiológico	1. Ser portador de tuberculose.
E14 <i>Sleeping pill use in Brazil: a population-based, cross-sectional study</i>	Kodaira & Silva (2017)	Brasil	Descritivo Nível IV	60.202	1. Comportamental	1. Fazer uso de medicamentos para dormir.
E15 Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil	Gama & Secoli (2017)	Amazonas	Descritivo Nível IV	116	1. Comportamental 2. Ambiental	1. Percepção de que o problema de saúde não requeria visita ao médico, falta de tempo para consultar um médico; 2. Dificuldade de acesso aos serviços de saúde.
E16 Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional	Domingues et al. (2017)	Distrito Federal	Descritivo Nível IV	1.820	1. Fisiológico	1. Adultos com algum tipo de dificuldade para realizar atividades cotidianas.

E17 <i>Factors associated with pain in individuals infected by human T-cell lymphotropic virus type 1 (HTLV-1)</i>	Santos et al. (2017)	Salvador - Bahia	Descritivo Nível IV	142	1. Fisiológico	1. Dor crônica em paciente com HTLV-1.
E18 Prevalência de automedicação no Brasil e fatores associados	Arrais et al. (2016)	Brasil	Descritivo Nível IV	41.433	1. Demográfico 2. Fisiológico	1. Sexo feminino, faixas etárias 10-19 anos, 20-29 anos, 40-59 anos e 60 anos ou mais, residir na região Norte, Nordeste ou Centro-Oeste 2. Ser portador de uma ou duas ou mais doenças crônicas
E19 Uso de medicamentos prescritos e automedicação em homens	Prado et al. (2016)	Campinas – São Paulo	Descritivo Nível IV	1.063	1. Fisiológico	1. Morbidade referida nas duas semanas anteriores à pesquisa; dor de cabeça; frequente/enxaqueca; ausência de internação hospitalar no ano anterior.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. Discussão

A falta de conhecimento da população aos princípios da farmacologia e as particularidades dos medicamentos utilizados pode resultar em potenciais riscos à saúde, como: autodiagnóstico incorreto, falhas terapêuticas, efeitos adversos, interações com alimentos e medicamentos, excessiva dosagem e a dependência, o que, consequentemente, induz ao aumento de doenças por medicamentos e desperdício de gastos públicos (World Health Organization [WHO], 2000).

Os resultados obtidos na presente revisão integrativa demonstram que a prática da automedicação é estruturada por inúmeras razões. O conjunto de achados indica que os fatores referidos em diferentes estados estão relacionados à faixa etária mais avançada, o gênero feminino, ser portador de doenças crônicas, contextos sociais, econômicos e culturais, bem como, a presença e/ou relato de dor, como nos casos de enxaqueca e cefaleia do tipo tensional.

Conforme E6, fatores como a enxaqueca e a cefaleia do tipo tensional representam, respectivamente, 87,2% e 72,2% da prática da automedicação em estudantes de medicina do 1º ao 6º período da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, prevalência que se aproxima do E7, o qual apontou que 76,5% dos estudantes do 1º ao 6º período do curso de medicina da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) relataram a automedicação. Um estudo anterior (Iuras et al., 2016), realizado na Universidade do Estado do Amazonas, com estudantes dos cursos de enfermagem, medicina e medicina dentária, relata que 89% da amostra utilizava medicamentos sem prescrição, e dentre os sintomas, destacou-se a dor de cabeça com maior prevalência.

Em relação ao fator dor, o E4, realizado no município de São Paulo, com adolescentes com idade a partir de 12 anos, apontou que cerca de 17,3% da amostra buscava a automedicação como alívio para a dor nas costas. O comportamento típico da prática de automedicação com a dor crônica também é exposta no E17: o hábito era de 61,5% entre os participantes de um centro de referência da cidade de Salvador-BA, para o tratamento de pacientes infectados com Vírus linfotrópico de células T humanas tipo 1 (HTLV). Fato semelhante ainda é descrito no estudo de Sá et al. (2007), com 355 indivíduos da população de Salgueiro – Pernambuco, 38,3% relataram que a dor é um dos principais sintomas que motiva a utilização de medicamentos por conta própria.

O estudo de Filho et al. (2004), inquérito domiciliar entre idosos (60 anos ou mais) da cidade de Fortaleza-Ceará, retrata a automedicação associada de maneira positiva com a piora do nível socioeconômico e com a necessidade de ajuda para realizar pelo menos uma atividade da vida diária. Já os estudos E5 e E16, realizados entre adultos com 18 a 65 anos, também mostram, nesta ordem, que fatores socioeconômicos, como a menor renda e menor escolaridade, e a presença da dificuldade

para realizar atividades cotidianas podem estimular a frequência da automedicação, discordando ao estudo E3 que entre os preditores da automedicação estão: ser adulto jovem, ter maior nível de escolaridade e não apresentar doenças crônicas.

A faixa etária mais avançada é evidenciada no estudo E18, bem como a presença de doenças crônicas entre esta população. O estudo de Pereira et al. (2017) destaca e reflete sobre a facilidade dos idosos adquirirem medicamentos devido à presença das doenças crônicas e relata a importância de investigar a relação ao uso dos fármacos nesta população. O estudo E8, também realizado com pessoas idosas, determina que entre os fatores de risco para a automedicação está a condição da pessoa idosa ser transplantada renal.

A automedicação é um problema dominante entre os idosos. A abordagem sobre os fatores de riscos associados à prática nesta população é escassa e, por muitas vezes, contraditória. Em particular, os idosos possuem alterações relacionadas às funções fisiológicas e ao uso da medicação como: à diminuição da capacidade metabólica, nefropatias, hepatopatias e a presença do uso de múltiplos medicamentos (Andrichetti, 2018). Conforme a revisão integrativa de Oliveira e Corradi (2018), a senescência possui particularidades capazes de modificar as etapas da farmacocinética e da farmacodinâmica de um medicamento, predeterminando ao idoso as Reações Adversas a Medicamentos (RAM), cascatas de complicações expostas pelo uso de Medicamentos Potencialmente Inapropriados (MPI), polifarmácia e pela presença da prática frequente da automedicação. Cabe então, destacar, que a população de idosos é um grupo que deve receber mais atenção no que se refere ao uso de medicamentos sem prescrições ou orientações.

Em outra perspectiva, a faixa etária mais nova está presente nos estudos E1 e E18. Corroborando a presente revisão, o estudo de caráter qualitativo e quantitativo (Oliveira et al., 2013), realizado no município de Muriaé, Minas Gerais, descreve uma presença mais frequente do uso de medicamentos sem prescrição entre os clientes de uma farmácia comunitária, na faixa etária de 20 a 40 anos. No Brasil, o acesso à propaganda massiva influencia o uso de medicamentos. Barbosa e Boechat (2012) relatam que dentre os participantes do estudo, 41% dos jovens e adultos admitiram já ter consumido medicamentos motivados por propagandas, situação também evidenciada pelo E11, em um município de porte médio da região Sul. Reafirmando a contextualização de Oliveira et al., (2013), a prática de automedicação entre indivíduos mais jovens e adultos pode estar relacionada com as influências do meio que frequentam e informações advindas fora do ambiente familiar.

No que se refere ao gênero, as mulheres costumam utilizar uma maior quantidade de produtos farmacêuticos (Vosgerau et al., 2011). Os estudos E11 e E18 mostraram a prática da automedicação neste grupo. De maneira divergente, o E1 relata o sexo masculino como um fator de risco para automedicação. Na revisão sistemática de Ferreira et al. (2021), o público feminino apresentou 64% da prevalência da automedicação. Todo o contexto é relatado por Vosgerau et al. (2011), em que as mulheres tendem a referir mais a presença de problemas de saúde do que os homens nas consultas médicas, o que reflete no autocuidado e na utilização de medicamentos sem orientação e prescrição médica ou odontológica.

No E2, realizado na cidade de João Pessoa na Paraíba, em uma amostra de profissionais de enfermagem, é registrado o desgaste físico e o estresse devido aos esforços realizados nas atividades e exigências do cargo de enfermeiro como fatores de risco para a prática da automedicação. Esse fato foi revisado, de forma literária, por Sousa e Neta (2016), os quais mostraram que esta prática está associada ao fator precipitante dor (40%), trazendo o cansaço e estresse como um segundo fator (30%). Santos et al. (2012), em uma pesquisa feita por estudantes de enfermagem, concluíram que a automedicação atinge toda a população, desde pessoas leigas até os profissionais de saúde, e que a abordagem dos riscos deve ser um fato importante durante o período de graduação, para que o futuro profissional possa atentar a população do risco desta prática.

O E13, transversal e quantitativo, conduzido na cidade Natal/RN, descreve que ser portador de tuberculose (TB) é um fator de risco para o uso de medicamentos sem prescrição. Oliveira et al. (2015), em um estudo descritivo realizado em um município de João Pessoa-PB, região conhecida epidemiologicamente pela alta incidência de casos de TB, identifica uma sequência de fragmentos discursivos em que traços comportamentais, culturais e sociais faz com que a prática de

automedicação seja a primeira estratégia de cuidado no estágio inicial da doença, mascarando sintomas característicos da patologia e atrasando o diagnóstico. Outra pesquisa (Dodor, 2015), realizada em Gana, revelou que a maioria dos participantes não reconheciam seus sintomas como sendo de TB e que procuravam o hospital após um período longo da prática de automedicação.

A pesquisa descritiva de Melo et al. (2019), composta por uma população de 26 idosos, acentua o uso de chás por conta própria motivados pela insônia, fator de risco abordado no estudo E14, situação também investigada pela revisão bibliográfica de Fagotti e Ribeiro (2021), em que o tratamento da insônia, de curto prazo ou crônica, pode ser diversificado e há um grande interesse, entre a população, pelo uso de plantas medicinais, devido a afirmativa errônea: “o que é natural não faz mal”. O E14 também cita que entre as pílulas soníferas sem prescrição estão os anti-histamínicos e os fitoterápicos. Ainda, os autores refletem sobre a falta de informações das razões que levam ao uso de pílulas para dormir, sendo o assunto pouco explorado pela comunidade científica e órgãos governamentais brasileiros.

Outros fatores que fortalecem os nossos resultados é a relação da automedicação com os aspectos sociais, econômicos e culturais, tais como a falta de acesso aos serviços e insumos da saúde, a falta de tempo ou um maior tempo de deslocamento até os postos de saúde, prescrições antigas e/ou experiências anteriores, a ampla disponibilidade dos fármacos, a não gravidade do caso clínico, a não aderência ao tratamento e a indicação por pessoas leigas (parentes ou amigos). A pesquisa transversal, realizada por Silva et al. (2013), em um Centro de Saúde Universitário, aponta que dentre as justificativas para a realização da automedicação, as mais utilizadas foram a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a facilidade do acesso aos fármacos. De modo empírico, a maioria dos participantes armazenam fármacos em casa, bem como experiências em relação aos medicamentos.

Um estudo realizado no Indus Hospital Karachi, Paquistão (Dhedhi et al., 2021), também indica que a maioria da população pratica a automedicação segundo a experiência anterior ao medicamento (83%), enquanto outros usaram prescrições médicas anteriores (12,2%) ou relataram que outras pessoas as aconselharam, como família e amigos (15%). Nas mesmas circunstâncias, o estudo de Lei et al. (2018) reafirma que a não gravidade da doença e a falta de tempo para ir ao médico estão entre principais razões para a automedicação, ocorrências que preocupam as legislações vigentes de saúde.

Nos estudos E5 e E11, a negação, estigmatização e a discriminação da população de travestis e mulheres transexuais, e a presença da subjetividade e aspectos socioculturais em mulheres, na devida ordem, foram contribuintes para que ocorresse o uso de medicamentos sem prescrição médica ou odontológica. Negreiros et al. (2019), em um estudo exploratório e descritivo, de análise qualitativa, com 14 médicos vinculados às unidades de saúde de uma capital da Região Nordeste, trazem recortes de falas expondo as condições sobre o preconceito e a discriminação ao acesso aos serviços de saúde na população LGBT. Ainda, é esclarecido que a vulnerabilidade à saúde, presente na população estudada, traz desafios nos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde que apontam o motivo de busca por serviços clandestinos de saúde para mudança corporal, como à prática de automedicação de hormônios. Em associação, uma pesquisa (Brito et al., 2019) com 212 imigrantes ucranianos, com prevalência de 37% de automedicação, constata que barreiras culturais, linguísticas e a desarticulação entre serviços influenciam negativamente a procura dos cuidados.

Algumas limitações da presente revisão integrativa devem ser abordadas. A presente revisão não avalia de forma concreta uso de medicamentos, doses, tempo de ingestão, as interações medicamentosas e os efeitos adversos. Recomendam-se novos estudos que direcionam sua atenção aos problemas citados, que estão correlacionados a prática de automedicação, para que no futuro breve seja possível conhecer com maior exatidão os fatores de riscos e seus respectivos danos à saúde no Brasil.

5. Considerações Finais

A automedicação ainda é uma realidade entre os brasileiros. Na presente revisão, os principais fatores para a

ocorrência da automedicação foram a faixa etária mais avançada, o gênero feminino, ser portador de doenças crônicas e relato de dor. Contextos sociais, econômicos e culturais, tais como a falta de acesso aos serviços e insumos em saúde, prescrições anteriores, uso prévio de medicamentos, a falta de tempo, facilidade ao acesso aos medicamentos, o acesso a propaganda, a não gravidade do caso clínico e a prescrição por pessoas leigas e informais, também foram destaque no estudo.

É necessário que os profissionais da equipe multidisciplinar fortaleçam ações de educação em saúde sobre o uso de medicamentos, doses, tempo de ingestão, interações medicamentosas e efeitos adversos.

Dessa forma, o presente trabalho abre caminhos para estudos futuros que definam estratégias relacionadas à promoção do uso racional de medicamentos, especialmente entre os grupos que apresentam fatores de risco para a prática de automedicação.

Referências

- Andrade, M. S., & Vieira, E. M. (2018). Itinerários terapêuticos de mulheres com morbidade materna grave. *Cadernos de Saúde Pública*, 34 (7), e00091917. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00091917>.
- Andrichetti, L. H. (2018). *Farmacologia aplicada à nutrição e interpretação de exames laboratoriais*. (2a ed.): SAGAH.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2008). *Campanha A informação é o melhor remédio-Guia de apoio*. Brasília, DF. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/campanha-a-informacao-e-o-melhor-remedio-guia-apoio.pdf/view>.
- Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. S. D., Ramos, L. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., Tavares, N. U. L., Farias, M. R., Oliveira, M. A., & Bertoldi, A. D. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(2), 13s. <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>.
- Barbosa, L. B., & Boechat, M. S. B. (2012). Perfil da Automedicação em Estudantes do Município de Laranjal/MG. *Acta Biomedica Brasiliensia* [online], 3(1), 98-109. <https://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/40>.
- Benndi, D. (2013). Self-medication: A current challenge. *Journal of Basic and Clinical Pharmacy*, 5(1), 19-23. <https://doi.org/10.4103/0976-0105.128253>.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). Automedicação. Brasília, DF. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/255_automedicacao.html.
- Brito, D., Belkis, M., Vilela, I., Vilela, N., & Brito, A. (2019). Obstáculos no Acesso à Saúde pelos Imigrantes: Análise de Gênero. *Revista de Investigação & Inovação em Saúde*, 1(1), 67-73. <https://doi.org/10.37914/riis.v1i1.31>.
- Carneiro, A. F., Neto, P. G. C., Garcia, B. F., Silva, F. A. C., & Leal, P. R. L. (2019). A prevalência de cefaléia e fatores psicossociais associados em estudantes de medicina no Ceará. *Revista de Medicina*, 98(3), 168-79. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v98i3p168-179>.
- Conselho Federal de Farmácia. (2019). *Uso de medicamentos*. São Paulo, SP: Datafolha. https://www.cff.org.br/userfiles/file/Usos%20de%20Medicamentos%20-%20Relat%c3%b3rio%20_final.pdf.
- Costa, I. H. F., Silva, R. M., Carlos, J. O., Silva, M. C. A., Pinheiro, M. K. C., Martins, B. C. C., Fernandes, P. F. C. B. C., & Guedes, M. M. (2019). Potentially inappropriate medications in older kidney transplant recipients: a Brazilian prevalence study. *International Journal of Clinical Pharmacy*, 41(4), 888-894. <https://doi.org/10.1007/s11096-019-00842-2>.
- Dantas, D. N. A., Enders, B. C., Oliveira, D. R. C., Vieira, C. E. N. K., Queiroz, A. A. R., & Arcêncio R. A. (2018). Fatores associados ao atraso na procura por atendimento pelo doente de tuberculose. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(1), 646-651. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0680>.
- Dhedhi, N. A., Ashraf, A., Ansari, N. B., & Iftikhar, S. (2021). Self-medication among people visiting outpatient clinics of Tertiary care hospital, Karachi. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, 10(2), 773-779. https://10.4103/jfmpc.jfmpc_1887_20.
- Dodor, E. A. (2015). The feelings and experiences of patients with tuberculosis in the Sekondi-Takoradi metropolitan district: implications for TB control efforts. *Ghana medical journal* [online], 17(1), 211-2018. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23661839/>.
- Domingues, P. H. F., Galvão, T. F., Andrade, K. R. C., Araújo, P. C., Silva, M. T., & Pereira, M. G. (2017). Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(2), 319-330. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000200009>.
- Fagotti, L. R. V., & Ribeiro, J. C. (2021). Uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos em insônia: uma revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Health and Pharmacy* [online], 3(2), 35-48. <https://bjhp.crfmg.org.br/crfmg/article/view/130>.
- Ferreira, F. C. G., Luna, G. G., Izel, I. C. M., & Almeida, A. C. G. (2021) O impacto da prática da automedicação no Brasil: revisão sistemática. *Brazilian Applied Science review*, 5(3), 1505-1518. <https://doi.org/10.34115/basrv5n3-016>.
- Filho, J. M. C., Marcopito, L. F., & Castelo, A. (2004). Perfil de utilização de medicamentos por idosos em área urbana do Nordeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 38(4), 557-64. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102004000400012>.

- Gama, A. S. M., & Secoli, S. R. (2020). Práticas de automedicação em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(5), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0432>.
- Gama, A. S. M., & Secoli, S. R. (2017). Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas–Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 38(1), e65111. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.01.65111>.
- Gonçalves Júnior, J., Moura, S. E. S., Dantas, G. C. L., Lima, A. M., Brito, W. S. B. B., Siebra, B. O. B., Sales, J. P., & Cândido, E. L. (2018). Influência da publicidade na automedicação na população de um município brasileiro de médio porte. *Revista de Saúde e Ciências Biológicas*, 6(2), 152-155. <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v6i2.1447.p152-155.2018>.
- Iuras, A., Marques, A. A. F., Garcia, L. F. R., Santiago, M. B., & Santana, L. K. L. (2016). Prevalência da automedicação entre estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (Brasil). *Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia Maxilofacial*, 57(2), 104-111. <https://doi.org/10.1016/j.rpe.md.2016.01.001>.
- Joanna Briggs Institute. (2013). *Levels Of Evidence*. South Australia: The University of Adelaide. https://jbi.global/sites/default/files/2019-05/JBI-Levels-of-evidence_2014_0.pdf.
- Kodaria, K., & Silvia, M. T. (2017). Sleepingpill use in Brazil: a population-based, cross-sectional study. *BMJ Open*, 7(7), e016233. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2017-016233>.
- Kruger, A., Sperandei, S., Bermudez, X. P. C. D., & Merchán-Hamann, E. (2019). Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22, e190004. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190004.supl.1>.
- Lei, X., Jiang, H., Liu, C., Ferrier, A., & Mugavin, J. (2018). Self-medication practice and associated factors among residents in Wuhan, China. *International journal of environmental research and public health*, 15(68), 1-10. <https://doi.org/10.3390/ijerph15010068>.
- Matos, J. F., Pena, D. A. C., Parreira, M. P., Santos, T. C., & Coura-Vital, W. (2018). Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. *Cadernos Saúde Coletiva*, 26(1), 76-83. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201800010351>.
- Melo, J. R. R., Duarte, E. C., Moraes, M. V., Fleck, K., & Arrais, P., S., D. (2021). Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cad. Saúde Pública*, 37(4), e00053221. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>.
- Melo, W. S., Simão, A. A. C., Oliveira, V. D. F., Mariano, S. P. S., Lima, D. C. R., Varela, D. S. C., & Monteiro, F. P. M. (2019). Prevalência de automedicação entre idosos acolhidos um centro-dia. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 88(26), 1-7. <https://doi.org/10.31011/reaid-2019-v.88-n.26-art.44>.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., Galvão, & C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.
- Moreira, T. A., Álvares-Teodoro, J., Barbosa, M. M., Junior, A. A. G., & Acurcio, F. A. (2020). Uso de medicamentos por adultos na atenção primária: inquérito em serviços de saúde de Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200025. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200025>.
- Musial, D. C., Dutra, J. S., & Becker, T. C. A. (2007). A automedicação entre os brasileiros. *SaBios-Revista de Saúde e Biologia* [online], 2 (2), 5-8. <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/asbios/article/view/85>.
- Negreiros, F. R. N., Ferreira, B. O., Freitas, D. N., Pedrosa, J. I. S., & Nascimento, E. F. (2019). Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43(1), 23-31. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>.
- Okamura, M. N., Madeira, W., Goldbaum, M., & Cesar, C. L. G. (2019). Dor nas costas em adolescentes: prevalência e fatores associados. *Brazilian Journal of Pain*, 2(4), 321-325. <https://doi.org/10.1590/1980-5497202000025>.
- Oliveira, H. S. B., & Corradi, M. L. G. (2018). Aspectos farmacológicos do idoso: uma revisão integrativa de literatura. *Revista de Medicina*, 97(2), 165-176. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v97i2p165-176>.
- Oliveira, L. C. S., Nogueira, J. A., Sá, L. D., Palha, P. F., Silva, C. A., & Villa, T. C. S. (2015). A discursividade do sujeito sobre sentimentos associados ao enfrentamento da tuberculose. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [online], 17(1), 12-20. <https://revistas.ufg.br/fen/artic le/view/24523>.
- Oliveira, R. I. B., Gomes, A. T., & Silvia, D. A. (2013). Prática da automedicação por clientes de uma farmácia comunitária do município de Muriaé-MG. *Acta Biomedica Brasiliensis* [online], 4(2), 90-105. <https://dialnet.unirioja.es/serv let/articulo?codigo=4713558>.
- Pereira, F. G. F., Araújo, M. J. P., Pereira, C. R., Nascimento, D. S., Galiza, F. T., & Benício, C. D. A. V. (2017). Automedicação em idosos ativos. *Revista de Enfermagem UFPE online*, 11(12), 4919-28. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a22289p4919-4928-2017>.
- Pimenta, C. J. L., Silva, C. R. R., Bezerra, T. A., Costa, T. F., Oliveira, J. S., & Costa, K. N. F. M. (2020). O impacto do trabalho para a saúde do profissional de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 54(1), 1-8. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018046103584>.
- Prado, M. A. M. B., Francisco, P. M. S. B., Bastos, T. F., & Barros, M. B. A. (2016). Uso de medicamentos prescritos e automedicação em homens. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 19(3), 594-608. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600030010>.
- Sá, M. B., Barros, J. A. C., & Sá, M. P. B. O. (2007). Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro-PE. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10(1), 75-85. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2007000100009>.
- Santos, A. N. M., & Nogueira, D. R. C., Borja-Oliveira, C.R. Automedicação entre participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade e fatores associados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 21 (4), 419-427. <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.170204>.
- Santos, B., Souza, L. G., Delgado, N. M., & Torres, W. O. (2012). Incidência da automedicação em graduandos de Enfermagem. *Journal of the Health Sciences Institute* [online], 30(2): 156-60. http://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2020/12/V30_n2_2_012_p156-160.pdf.

- Santos, D. N., Santos, K. O. B., Paixão, A. B., Andrade, R. C. P., Costa, D. T., S-Martin, D. L., Sá, K. N., & Baptista, A. F. (2017). Factors associated with pain in individuals infected by human T-cell lymphotropic virus type 1 (HTLV-1). *Brazilian Journal of Infectious Diseases*, 21(2), 133-139. <https://doi.org/10.1016/j.bjid.2016.11.008>.
- Santos, R., Rêgo, R. C. S., Santos, V. L. B., & Prado, M. R. (2019). Prevalência de cefaleia e seus impactos em estudantes de medicina em uma universidade públicas. *Revista Brasileira de Neurologia*, 55(3), 5-8. <https://doi.org/10.46979/rbn.v55i3.29681>.
- Silva, J. A. C., Gomes, A. L., Oliveira, J. P. S., Sasaki, Y. A., Maia, B. T. B., & Abreu, B. M. (2013). Prevalência de automedicação e os fatores associados entre os usuários de um Centro de Saúde Universitário. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica* [online]; 1(11), 27-30. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-668509>.
- Souza, D. R. P., & Neta, M. E. (2016). Automedicação por profissionais e acadêmicos da área da saúde: uma revisão de literatura. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 14(2), 965-974. <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v14i2.2904>
- Souza, T. T., Godoy, R. R., Rotta I., Pontarolo, R., Fernandez-Llimos, F., & Correr, C. J. (2014). Morbidade e mortalidade relacionadas a medicamentos no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada* [online], 35(4), 519-32. <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/82>.
- Vosgerau, M. Z. S., Soares, D. A., Souza, R. K. T., Matsuo, T., & Carvalho, G. S. (2011). Consumo de medicamentos entre adultos na área de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1), 1629-1638. <http://dx.doi.org/10.1590/s 1413-81232011000700099>.
- World Health Organization. (2000). *Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication*. Geneva, Switzerland: WHO. http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66154/WHO_EDM_QSM_00.1.pdf?sequence=1.